

ESTRUTURA PADRÃO – Resumo dos fatos...

Após, os autos foram remetidos a esta **Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística** para apresentação do parecer. **É o que merecia registro. Passa-se a analisar de forma objetiva e fundamentada as teses apresentadas no recurso.**

JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INFIRMAM A ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO.

Fato: Nos autos da presente ação, a parte recorrente formulou pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, em sede recursal, instruído (**adequar: com declaração de hipossuficiência subscrita pela própria parte, declaração de imposto de renda, comprovantes de propriedade rural, movimentação financeira ou atuação empresarial**). A controvérsia reside na suficiência desses documentos para justificar o deferimento do benefício, à luz de outros elementos constantes nos autos que apontam para a incompatibilidade entre a condição alegada e a realidade econômica da parte.

Direito: O art. 99 do Código de Processo Civil regula o pedido de gratuidade da justiça nos seguintes termos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça

§ 5º [...]

§ 6º [...]

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Embora a alegação de hipossuficiência goze de presunção relativa de veracidade (art. 99, §3º, CPC), **essa presunção pode ser afastada** quando os autos contêm indícios objetivos em sentido contrário. No presente caso, (ADEQUAR a parte figura como proprietária de imóvel rural de considerável extensão, objeto de autuação por dano ambiental relevante, além de estar assistida por advogado particular desde o início da demanda), sem que tenha apresentado documentação idônea que comprove limitações financeiras concretas.

A jurisprudência do STJ reconhece que, em tais hipóteses, a autodeclaração isolada não basta:

“A autodeclaração de hipossuficiência, realizada por quem pretende ser beneficiário da justiça gratuita, possui caráter relativo, admitindo-se a denegação, pelo juízo competente, diante de provas dos autos em sentido contrário.” (AgInt no AREsp 2.597.064/PR, Rel. Min. Marco Buzzi, DJe 04/10/2023)

Tese: Apresentada declaração de hipossuficiência sem lastro documental mínimo e havendo nos autos **elementos objetivos** que indicam capacidade econômica incompatível com a condição alegada, não estão preenchidos os requisitos legais para o deferimento da gratuidade da justiça, nos termos do art. 99, §§ 2º a 4º, do Código de Processo Civil.

Fundamentação: A concessão da gratuidade da justiça é medida excepcional e condicionada à comprovação ou à presunção não infirmada de insuficiência de recursos. A mera alegação de hipossuficiência, desacompanhada de documentos que a corroborem, e contraditada por elementos objetivos nos autos, não é suficiente para justificar o afastamento do dever de recolhimento das custas processuais. Ao contrário, em observância ao §2º do art. 99 do CPC, incumbe à parte o ônus de demonstrar, de forma minimamente idônea, a ausência de condições econômicas para arcar com os encargos do processo.

PARECER: Pelo **indeferimento do pedido de justiça gratuita** formulado pela parte apelante, reconhecendo-se que não restaram demonstrados os pressupostos legais exigidos pelo art. 99, §§ 2º a 4º, do Código de Processo

Civil, em razão da existência de elementos objetivos nos autos que infirmam a alegada hipossuficiência econômica, sendo incabível o processamento do recurso sem o prévio recolhimento das custas.